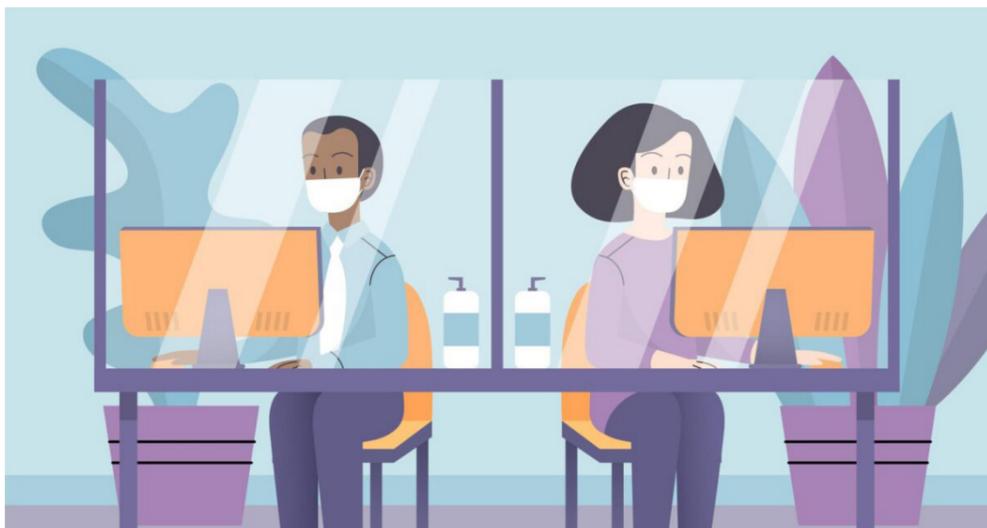


Resolução Presi amplia até 20 de janeiro de 2021 o prazo final da etapa preliminar de restabelecimento das atividades presenciais



A RESOLUÇÃO PRESI - 11771439, assinada pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador federal Italo Fioravanti Sabo Mendes, ampliou até o dia 20 de janeiro de 2021 o prazo final da etapa preliminar de restabelecimento das atividades presenciais, previsto na Resolução Presi10468182, de 29 de junho de 2020, com a redação da Resolução Presi 11315077, de 29 de setembro de 2020, mantida, no mais, a referida Resolução em todos os seus termos.

A Resolução também revisa o § 5º, do art. 3º da Resolução Presi10468182/2020, para alteração do inciso III e inclusão dos incisos XIV-A, XIV-B, XIV-C e XIV-D, na forma que se segue:

§ 5º [...] III – as audiências a serem realizadas de forma presencial deverão observar distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre os presentes, uso de máscara facial e limite máximo de pessoas no mesmo ambiente, de acordo com suas dimensões, recomendando-se que aconteçam, preferencialmente, em ambientes amplos e arejados, com janelas e portas abertas, restringindo-se o uso de sistemas de refrigeração de ar a situações absolutamente indispensáveis, e que haja desinfecção dos equipamentos após a utilização;

[...] XIV-A – as salas para colheita da prova oral por meio de videoconferência deverão, preferencialmente, estar localizadas nos andares térreos, de modo a facilitar a acessibilidade e a evitar o fluxo de pessoas nos elevadores e demais andares dos órgãos;

XIV-B – a secretaria do juízo ou a turma do Tribunal deverão especificar nas intimações, para aqueles que forem prestar depoimentos, o endereço físico e a localização da sala prevista no inciso XIV do § 5º do art. 3º;

XIV-C – deverão ser designados servidores para acompanhar a videoconferência presencialmente na unidade judiciária, que serão responsáveis pela verificação da regularidade do ato, pela identificação e garantia da incommunicabilidade entre as testemunhas, quando for o caso, entre outras medidas necessárias para realização válida do ato;

XIV-D – os magistrados, advogados, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, bem como as partes e demais participantes da audiência que não forem prestar depoimentos poderão participar da audiência por meio do link disponibilizado para o ato por meio de videoconferência.

Palestra sobre transformação no ecossistema de justiça começa às 14h

A Seção Judiciária da Bahia traz hoje, às 14h, a palestra on-line “7 premissas para acelerar a inovação e o processo de transformação no ecossistema de justiça”, ministrada por Ademi Piccoli, por meio da plataforma Microsoft Teams.

O objetivo do evento é apresentar essas premissas e promover a atualização dos profissionais para a entrega de con-

teúdos atualizados sobre inovação, tecnologia e empreendedorismo no Poder Judiciário.

Entre os resultados esperados estão a consolidação da transformação para mudanças internas e externas; o empoderamento da cultura digital; a expansão de soluções que permeiam diferentes áreas e a promoção da interação, da experimentação e da inovação.

Margem da Palavra

“O Senhor está perto dos que têm o coração quebrantado e salva os de espírito abatido” (Salmos 34:18).

Quando estamos passando pelo momento de luto, sentimos a sensação de que Deus está distante e, principalmente, quando a morte é causada por algum acidente ou por alguma doença. Podemos até pensar que Deus se descuidou e acabou acontecendo o pior. Mas não devemos deixar este pensamento nos dominar.

Deus não descuidava de nada. Ele está no controle de todas as coisas, mesmo quando parece que tudo está fora do controle. Ele está sempre ao lado daqueles que estão sofrendo e clamando por seu consolo.

Esta é uma singela homenagem aos familiares do colega Hércules, que partiu repentinamente, mas deixou sua lembrança em nossos corações.

Agentes de Segurança e Transporte da Seção Judiciária da Bahia



CEJ/CJF oferece curso sobre Juizados Especiais Federais



do link: <https://www2.cjf.jus.br/educare/ficha-inscricao?codTurma=1605>

A capacitação objetiva proporcionar o estudo e o debate sobre os efeitos das recentes inovações legislativas referentes ao Processo Previdenciário aplicado nos Juizados Especiais Federais, de acordo com as recentes alterações no Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) e na Resolução que trata da compatibilização dos Regimentos das Turmas Recursais.

O curso também apresenta como foco repensar e alinhar as interpretações, remodelar os processos de trabalho em face de questões práticas que afetam a prestação jurisdicional. O treinamento abarcará três módulos, sendo o Módulo 1 sobre Recursos nos Juizados Especiais Federais; o Módulo 2, abordando Incidentes de Uniformização e o Módulo 3 com o tema Juízo de admissibilidade nos incidentes de Uniformização.

Outras informações podem ser obtidas no link: <https://bit.ly/2UDUYMq>

Aniversariantes

Hoje: Juiz federal Antonio Oswaldo Scarpa (17ª Vara), Miguel Angelo Barbosa Aguiar (Turma Recursal) e Lenize Canario De Santana (SECAD).

Amanhã: Juiz federal Antônio Lúcio Túlio de Oliveira Barbosa (Bom Jesus da Lapa), Bruno Leonardo Rugani Ferreira (NUMAN), Pedro Macêdo Lessa (16ª Vara) e Allan Costa Nonato (Eunápolis).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.